

Os Pensadores da Guerrilha Urbana: memória, trauma e os testemunhos da catástrofe

João Sinhori

Resumo: Este trabalho é fruto de inquietações e reflexões acerca das possíveis relações que a História pode ter com a Literatura, na medida em que há décadas os debates têm se desenvolvido em prol da delimitação de fronteiras entre o discurso historiográfico e os textos literários e, também, do estabelecimento da literatura como fonte para o desenvolvimento de pesquisas históricas. Pretendemos, aqui, avaliar a Literatura de Testemunho, através das obras literárias *Passagem Para o Próximo Sonho* (1982), de Herbert Daniel, e *Em Busca do Tesouro* (1982), de Alex Polari, que consideramos essenciais para dar ênfase aos novos temas e abordagens que vêm ganhando espaço com o crescente número de trabalhos dedicados a estudar o período mais recente da ditadura militar brasileira. Sendo assim, o objetivo deste estudo concentra-se em analisar as representações sociais, políticas e culturais construídas pelos autores testemunha, sobre as “esquerdas” brasileiras e o panorama guerrilheiro que se formou no pós 1968, durante o regime militar brasileiro. Este artigo pretende debater e apresentar as características do que chamamos Literatura de *Testimonio*, através de autores como Márcio Seligmann-Silva, Renato Franco, Jaime Ginzburg, Maria Rita Kehl e Mário Augusto Medeiros da Silva. Gênero institucionalizado na América Latina a partir de 1959 com a revolução cubana, e que traz em seu bojo um forte apelo político e revolucionário, não obstante contenha elementos narrativos, estilísticos e estéticos qualitativamente identificados. Esta literatura, além de se configurar como importante fonte histórica para historiadores, oferece-nos elementos para entender as representações individuais e coletivas, que surgem da relação dos narradores com o trauma e a experiência catastrófica. Sobreviver a esta experiência significa poder depor a respeito dela, produzindo uma política da memória que não tenha no esquecimento seu principal sintoma social. Não podemos nos equivocar e pensar o testemunho como gênero auto-biográfico ou como historiografia, mas sim, refletir sobre seu peso simbólico, de caráter coletivo e identitário, que nos impulsionam a pensar até que ponto o “real”, a imaginação e os conceitos se distinguem. O testemunho, a memória e a autocrítica dessa jovem dissidência cheia de fôlego, mas mal preparada para enfrentar todo o aparato político-militar que a esperava, dão-nos um panorama privilegiado de toda organização guerrilheira entre o final de 1960 e o começo de 1970. A função monumental dos testemunhos que nos falam, faz com que a realidade e a criação artística se misturem para nos dar a versão de quem viveu os regimes autoritários da América Latina. Dão-nos a chance de assimilar seus discursos e suas narrativas com os modos de vida de uma geração, seus costumes e seus problemas sociais, que agem de forma inerente a um contexto e a um processo histórico.

Palavras-chave: História e Literatura. Literatura de *Testimonio*. Representações. Catástrofe.

Literatura de *Testimonio*: a filha da catástrofe

Pensando em compor uma História Social da Cultura, este trabalho se desenvolve a partir da análise de obras culturais, que para o historiador servem de ponte, ou melhor, ponto de intersecção para entender acontecimentos históricos, seu contexto, sua conjuntura, e neste caso, sua catástrofe social. Nos dias de hoje já são legítimas tais abordagens que integram Literatura e História, e acreditam que “a literatura busca a realidade, interpreta e enuncia verdades sobre as sociedades, sem que para isso deva ser a transparência ou o espelho da ‘matéria’ social que representa e sobre a qual interfere” (CHALHOUB, 2003, p.92) Concordamos também com Ferreira, quando diz que estes tipos de análise das obras literárias e seu contexto, podem e devem buscar

analisar como são criadas nos textos as representações sociais, nacionais, regionais, morais, ideológicas, científicas, religiosas, sexuais ou de gênero e etnia; as visões da cidade ou do campo, da natureza e da técnica, do passado e da modernidade, das lutas sociais, do mundo profissional, da riqueza e da miséria, do trabalho e do lazer, da norma e do desvio; as manifestações do imaginário histórico coletivo e da subjetividade de homens e mulheres. (FERREIRA, 2009, p. 83)

A importância da literatura de testemunho, objeto de pesquisa deste estudo, muitas vezes é avaliada enquanto uma nova visão da História em contraposição aos documentos oficiais. Desta literatura, podemos destacar o caráter de luta social, de manifestações do imaginário histórico e da formação identitária. O século XX se torna específico para esta vertente, pois foi um século de grandes traumas, catástrofes e imposições sociais, como nos mostrou de maneira muito rica o historiador Eric Hobsbawm em seu livro *Era dos Extremos*¹, desde as guerras mundiais até as ditaduras militares da segunda metade do século XX, na América Latina.

Muitas vezes, o que restou destes eventos foram os relatos individuais ou coletivos das testemunhas das tragédias. Isso se torna precioso ao passo que muitos documentos foram extraviados, propositalmente ou não, para extinguir ou, senão, evitar vestígios que denotassem o iníquo. Seguindo esta linha de raciocínio, podemos pensar em uma importante função da literatura de testemunho na pesquisa histórica, que desfazendo-se do oficial, aglutina elementos que propiciam a construção de uma contra-história.

A literatura de testimonio antes de qualquer coisa apresenta-se como um registro de história. Na qualidade de contra-história ela deve apresentar as provas do outro ponto de vista, discrepante do da história oficial. Não existe aqui o topos da singularidade nem o da unicidade do evento testemunhado: enfatiza-se a continuidade da opressão e da sua onipresença no continente “latino-americano”. (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 89)

O historiador e crítico literário Márcio Seligmann Silva nos ajuda a entender a utilização do conceito de *testimonio* na sua citação. Em sua ampla pesquisa sobre a literatura de testemunho, dedicada principalmente aos testemunhos do Holocausto (Shoah)², pós segunda guerra mundial, ele acabou por perceber que o conceito de testemunho não se encaixava nas abordagens que procuravam dar conta dos testemunhos das ditaduras militares na América Latina. Tal percepção se deu levando em conta a larga diferença temporal e conjuntural entre os objetos de pesquisa. O conceito se tornou impraticável e inviável para dar conta de realidades tão diferentes e até mesmo opostas. Seria no mínimo anacrônico querer avaliar objetos de pesquisa antagônicos através de um só conceito. Porém as características fundamentais do testemunho e do *testimonio* são as mesmas, está contido neles o “teor testemunhal”, a diferenciação ocorre diante das abordagens analíticas.

Desde o final da década de 1980 esses conceitos estão sendo aperfeiçoados, mas desde 1960 o *testimonio* ronda a hispano-américa e vai ganhando forma e características próprias. Pela própria conjuntura política que modifica-se brutalmente com a Revolução cubana (1959), a América espanhola começa abrir portas para este novo tipo de política da memória,

essencial para o imaginário da revolução. É neste momento que a literatura de *testimonio* começa a se modelar, trazendo em seu bojo um forte aspecto político, partidário e revolucionário. A literatura, aqui, cria uma ligação muito forte com a realidade política, se distanciando do aspecto cultural e étnico do testemunho pós segunda guerra.

Segundo Seligmann-Silva Cuba teve um papel central na institucionalização do gênero, que tinha por objetivo fazer uma revisão da historia, tomar partido dos trabalhadores e excluídos, em prol dos esforços revolucionários. Quem teve papel fundamental na dispersão deste tema foi a revista cubana Casa de Las Américas, que em 1970 criou o Premio Testimonio Casa de Las Américas. O incentivo a este tipo de política da memória modelou o testemunho na America latina, fazendo com que o gênero se assemelha se com os gêneros clássicos de representação na literatura, que se ancoravam no uso da memória, como a biografia, a confissão, a hagiografia e a reportagem. O gênero *testimonio* se estabelece de vez com políticas parecidas implantadas durante o governo Allende na década de 1970 no Chile, e o regime sandinista na década de 1980 na Nicarágua.

No Brasil o processo ocorre de maneira diferente, pois enquanto Cuba, Chile e Nicarágua incentivam este tipo de política da memória, o Brasil se encontra em plena ditadura militar, a qual além de não apoiar tal manifestação, se opõe de maneira rigorosa³. Qualquer tipo de denúncia ou oposição ao regime militar só era efetivado pelo lado de fora das fronteiras brasileiras. Entretanto com a abertura democrática “lenta e gradual” e a anistia dos brasileiros exilados em 1979, ocorreu uma enxurrada de materiais memorialísticos com forte teor testemunhal, hoje, passíveis de análise.

Ética da representação e trauma social

No âmago desta literatura de testemunho, caracterizada pelo evento catastrófico, inclusive no Brasil, identificamos uma mensagem ancorada no presente, com pretensão de sobreviver ao futuro; nitidamente encontramos nos textos um credo de que a

A arte deve auxiliar os homens a lembrar do que as gerações passadas foram capazes para, desta maneira, poderem efetivamente evitar que a catástrofe possa ainda eclodir. A arte, neste sentido, pode ser considerada uma forma de resistência e compreende uma dimensão ética, enquanto manifestação de indignação radical diante do horror. (FRANCO, 2003, p.352)

Tal dimensão ética do passado se molda a partir de um sentimento de dívida para com ele, com os sobreviventes, com a catástrofe. Seligmann Silva nos adverte para essa ética da representação, advertindo que não podemos fazer valer posturas historicistas e positivistas que de algum modo acreditam ser possível conhecer a história em sua linearidade e totalidade. Neste sentido o testemunho caminhou e caminha ao lado das inovações historiográficas, que se direcionam cada vez mais para um universo fragmentado de pesquisas, onde o registro da memória, individual ou coletiva, e o apego ao simbólico se delineiam sem a pretensão de traduzir integralmente o passado.

A literatura de testemunho estaria situada no centro destes dois aspectos, negando ser o espelho do passado, mas também evitando se “encostar” em representações, que florescem em detrimento do real. O caso seria absorver uma ética para falar de um passado catastrófico que forja, no presente, o imaginário e a identidade de um grupo de pessoas, de uma população inteira, quicá de uma nação. Jaime Ginzburg define bem esta tentativa de renovação do conceito de representação perante a literatura de testemunho:

Representar a experiência da catástrofe em proporções tais como as que a história nos mostrou no século xx implica, necessariamente, uma renúncia aos modos convencionais de representação, pois estes seriam incapazes de preservar a singularidade da experiência e a perplexidade que deve acompanhá-la. O questionamento dirigido ao estatuto da linguagem, dos modos de representação e das

formas artísticas tradicionais está ligado a uma busca de renovação da expressão. (GINZBURG, 2000, p.47)

Assim sendo, ao utilizar a literatura de testemunho como forma de expressão cultural, e tendo em vista uma ética da representação, adquirimos contato com as forças simbólicas que nos levam a pensar a “realidade” de determinada época em seu determinado espaço, pois, acredita-se que esse “real” que angustia os historiadores, está contido, de forma ética, nas representações que os testemunhos constroem acerca do seu âmbito social.

Seligmann chama a atenção para duas coisas:

- a) A literatura de testemunho é mais que um gênero: é uma face da literatura que vem à tona na nossa época de catástrofes e faz com que toda a história da literatura – após 200 anos de auto-referência – seja revista a partir do questionamento da sua relação e do seu compromisso com o “real”.
- b) Em segundo lugar, esse “real” não deve ser confundido com a “realidade” tal como ela era pensada e pressuposta pelo romance realista e naturalista: o “real” que nos interessa aqui deve ser compreendido na chave freudiana do trauma, de um evento que justamente resiste a representação. (SELIGMANN-SILVA, 2003, p.373)

“Na situação testemunhal o tempo passado é tempo presente” e “o trauma é caracterizado por ser uma memória de um passado que não passa” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p.69). Esta característica atemporal da memória perpassa o conceito freudiano de trauma, muito utilizado na psicanálise. Sem querer nos aprofundarmos neste conceito, até mesmo pela insuficiência de leituras no campo das ciências psíquicas, tentemos deixar claro que o trauma é inerente à literatura de testemunho, e é ele que faz com que aparentemente não ocorra a dissociação entre literatura e vida, literatura e o vivido. O compromisso em contar o que aconteceu, surge exatamente do trauma, deste passado vivo que perpassa as noções de temporalidade, e se torna em elemento constitutivo da formação social.

Os conceitos chave para entender a literatura de testemunho, como a representação e o trauma, necessitam de abordagens diferenciadas tendo em vista a singularidade desses novos objetos de pesquisa que surgiram na era das catástrofes, que permeia quase todo o século XX. Não podemos estudar estas representações como se fossemos analisar o Rio de Janeiro na literatura de Machado de Assis, ou a economia do café nas obras oitocentistas e novecentistas brasileiras, ou até mesmo a transição de um Brasil oligárquico para um Brasil moderno nas obras dos nossos escritores modernistas⁴.

Aqui, é diferente. As representações são rodeadas pela noção do trauma, que mostra uma nova face da literatura, uma face marcada e muitas vezes machucada, que tem a pretensão de verdade embutida em suas páginas. O passado aqui tem que ser analisado de maneira mais complexa que o tradicional, “ele passa a ser visto não mais como um objeto do qual podemos simplesmente nos apoderar e dominar, antes essa dominação é recíproca (SELIGMANN-SILVA, 2003, p.76)”.

A psicanalista Maria Rita Kehl nos ajuda a enfatizar sobre a função do trauma social na nossa sociedade. Para ela, o trauma não pode fazer parte de uma política do esquecimento, mas sim, de memória, memória viva e em estado de alerta, pois a política do silêncio certamente neutraliza eventos históricos e seus agentes, sejam eles algozes ou não:

Não há reação mais nefasta diante de um trauma social do que a política do silêncio e do esquecimento, que empurra para fora dos limites da simbolização as piores passagens da história de uma sociedade. Se o trauma, por sua própria definição do real não simbolizado, produz efeitos sintomáticos de repetição, as tentativas de tentar esquecer os eventos traumáticos coletivos resultam em sintoma social. Quando uma sociedade não consegue elaborar os efeitos de um trauma e opta por tentar apagar a memória do evento traumático, esse simulacro de recalque coletivo tende a reproduzir repetições sinistras. (KEHL, 2010, p.126)

Trabalhos que expõe este sintoma social de perda de memória do qual fala Kehl, corroboram com o diagnóstico e, quem sabe um dia, a cura destes sintomas. As sociedades, principalmente as subdesenvolvidas como a do Brasil, com grande caminho a percorrer no território da educação por exemplo, precisam lembrar do passado, principalmente daquele passado catastrófico e agonizante, que surge, hoje, através dos documentos analisados e interpretados pelos historiadores.

Se pensarmos em nossos testemunhos literários como documentos, temos acesso a aspectos relevantes da vida social, política e cultural da época, que talvez fossem bloqueados ou se tornassem inacessíveis se procurados de maneira tradicional nos velhos arquivos da história oficial. Neste caso, principalmente, pois a ditadura se valia do nome ao conservar e divulgar a documentação oficial.

Não concebemos, aqui, o documento como expressão da verdade, mas sim como monumento, que se caracteriza pela intencionalidade das relações de poder, pelas sociedades e pelos indivíduos. A fonte literária como escolha de pesquisa, não evidência histórica, transforma o monumento em um autêntico documento histórico, pois

Qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo, e talvez sobretudo, os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos – monumentos. (LE GOFF, 1994, p.548)

A função monumental dos testemunhos que nos falam, faz com que a realidade e a criação artística se misturem para nos dar a versão de quem viveu determinados fatos. Dão-nos a chance de assimilar seus discursos e suas narrativas com os modos de vida de uma geração, seus costumes e seus problemas sociais, que agem de forma inerente a um contexto e a um processo histórico.

Ficção política, depoimento e o narrador-testemunha

Após uma introdução teórica ao tema deste artigo, pensaremos a partir de agora em como nossas testemunhas articularam suas narrativas, quais são suas escolhas estéticas e quais os significados destas escolhas, levando em conta o poder de constituição e construção histórica que estas obras literárias adquirem.

Nossas fontes primárias são os livros *Passagem Para o Próximo Sonho* (1982), de Herbert Daniel, e *Em Busca do Tesouro* (1982), de Alex Polari, que consideramos essenciais para dar ênfase aos novos temas e abordagens que vêm ganhando espaço com o crescente número de trabalhos dedicados a estudar o período mais recente da ditadura militar brasileira.

As duas obras foram lançadas em 1982, pela editora do Pasquim (CODECRI), e navegam no mesmo mar de muitos outros romances que começam a ser publicados em um aparente processo de abertura política e redemocratização na História do Brasil⁵. Estão presentes neste oceano de discussões o tom memorialístico, autobiográfico e autocrítico da “esquerda” brasileira que trafega entre a perplexidade ante o vivido e a lucidez da rememoração posterior.

Podemos falar que esta pesquisa tenta elucidar o processo de lembrar e escrever dos autores, que são os protagonistas deste trabalho, que se constitui através dos fragmentos de uma geração⁶. Estes fragmentos se caracterizam por exporem, em prosa, de maneira romanceada, visões de mundo, consciência política, mudanças de comportamento e formas de luta. Não resta dúvidas hoje, que estes relatos se constituíram e se constituem como importante material para compreensão do passado, e mais importante ainda, como reflexão política e social da nossa contemporaneidade.

As reflexões romanceadas assumem o caráter de depoimento, e conseqüentemente se inserem em uma esfera jurídica de debates. Para esta literatura é fundamental fazer um

balanço do período identificando os acusados, os inocentes, os erros e acertos, os que praticaram os crimes e os que se omitiram perante estes. Trata-se justamente do testemunho jurídico, que busca a punição dos algozes, através do experimentado, vivenciado e sofrido. O depoimento das testemunhas revela o sofrimento das vítimas, e tenta tornar coletiva esta dor, visando a punição dos acusados que estão sentados na cadeira dos réus. Para o autor Mário Medeiros da Silva o testemunho literário assume o mesmo aspecto dicotômico que o próprio tribunal de justiça, pois

O depoimento é o discurso do tribunal, em que estão aqui, simultaneamente, se acusando e se defendendo, se culpando e inocentando, através da Literatura, indivíduo e coletivo; sujeito e sociedade; fração geracional dos anos 1960/70/80, vanguarda e povo; arte e revolução; revolução, revolucionários e reacionários; crítica e autocrítica. (SILVA, 2008, p.26)

O depoimento traria em seu bojo o que podemos chamar de estatuto de verdade, não obstante se configure em uma estrutura ficcional. Por isso muitas vezes estes romances foram contestados pela História ou pela Teoria Literária. Se é tudo verdade ou tudo ficção é uma das questões que hoje já não são tão pertinentes. O que nos importa aqui é o seu teor testemunhal, e o que este testemunho representa na construção histórica sobre o período, cuja

eficácia prática e simbólica é utilizada em determinados meios para determinados fins, quais sejam: narrar, através de um relato literário- romance, depoimento autobiográfico- fatos e ações sofridos ou cometidos por sujeitos históricos, apresentando-lhes os papéis desempenhados na constituição daqueles fatos. (SILVA, 2008, p.26)

Os próprios subtítulos das obras nos oferecem o conteúdo do que esta por vir. O mineiro Herbert Daniel escreve “Um possível romance autocrítico sobre os exílios: do desterro na militância clandestina, do asilo europeu, do degredo na homossexualidade”, identificando os três exílios pelo qual passou ao se jogar de cabeça na guerrilha urbana. São anos e anos de exílio, tanto pessoal quanto social e político. Primeiramente a clandestinidade, o esconde-esconde e a não transitoriedade. Depois a vida no Velho Mundo e o não poder fazer e não conseguir saber. E por último, o exílio conseqüente da opção sexual, na época, alvo de críticas tanto da esquerda quanto da direita.

“Uma Ficção Política Vivida” é o subtítulo do livro do paraibano Alex Polari que, paralelamente, narra suas seções de tortura física e psicológica, e a inserção do secundarista menor de idade que estudava no D. Pedro II, escola carioca bastante tradicional, na vida de guerrilheiro clandestino⁷.

Vale ressaltar aqui também a peculiaridade e singularidade dos nossos romancistas-testemunhas, em relação ao contexto de produção literária que se configurou durante a ditadura militar. Obviamente durante todo o período de repressão foram publicadas muitas obras literárias, algumas delas profundamente engajadas, entretanto muito bem disfarçadas⁸. A tentativa de driblar a censura muitas vezes se mostrou eficaz, embora os censores trabalhassem para coibir este tipo de literatura.

Devemos notar que estes escritores, que embasam o chamado realismo mágico na América Latina, por mais que fossem socialistas, comunistas, militantes ou não, eram profissionais das letras. Geralmente jornalistas, que já se dedicavam ao fazer literatura, e traziam de muito tempo a prática de escrever histórias. Talvez por isso a facilidade de articular em um mundo completamente ficcional, um contexto plenamente verossímil.

O testemunho pesquisado aqui, não se encaixa neste contexto de produção literária. Diferem primeiramente por nenhum deles terem escrito algum romance anteriormente, embora Alex Polari já tivesse publicado dois livros de poesia⁹, também com teor testemunhal, sobre o cárcere e a tortura, demonstrando o que chamamos de fragmentos de geração; e Herbert Daniel ser considerado um intelectual da guerrilha, se dedicando a escrever os incontáveis documentos, panfletos, cartas, denúncias, manifestos, etc. fabricados a partir dos grupos guerrilheiros. Isso certamente influenciou as preferências estéticas, formais e

estilísticas na hora de reconstituir seu passado através da prosa. A questão é: teriam se tornado escritores se não tivessem passado pela experiência política pelas quais passaram? Se tornariam escritores se não tivessem testemunhado a catástrofe?

Nenhuma afirmação quanto a isto seria satisfatória, apenas que nossos autores são as testemunhas de uma época, de um período, sobreviveram a ele, e depõem acerca dele. Narram em primeira pessoa, observam de dentro os acontecimentos, portanto fazem da verossimilhança uma das características que sustentam suas narrativas. Compõem a narrativa a partir de sua visão, suas hipóteses, e, é claro, das suas intenções. Seus testemunhos buscam encontrar ou, talvez, parecem tentar encontrar a verdade. Segundo Leite, o narrador-testemunha

não consegue saber o que se passa na cabeça dos outros, apenas pode inferir, lançar hipóteses, servindo-se também de informações, de coisas que viu ou ouviu, e, até mesmo, de cartas ou outros documentos secretos que tenham ido cair em suas mãos. Quanto a distância em que o leitor é colocado, pode ser próxima ou remota, ou ambas, porque esse narrador tanto sintetiza a narrativa, quanto a apresenta em CENAS. Neste caso, sempre como ele as vê. (LEITE, 1987, p.38)

Os subtítulos das obras nos dão uma certeza, são obras de ficção, se estruturam como obras de ficção. Pensamos que não seria possível escrever um romance sem, de um jeito ou de outro, o autor utilizar os mecanismos que a própria língua lhe proporciona. Os próprios autores fazem questão de elucidar possíveis dilemas quanto a isso:

Que isto são lembranças, não memórias. Não se guarda o tempo que rolou na água e na sede de antigamente. O tempo, por seu modo e modelado, acontece para ser perdido (...). Por enquanto não escrevo História: meu método aqui são estórias. (DANIEL, 1982, p.26-27)

Está implícita na afirmação de Herbert, a noção de memória como esfacelamento do passado, como algo que perpassa o inalcançável, por isso mesmo o uso da palavra “lembranças”, que remete ao reconhecimento do próprio autor sobre a impossibilidade de revelar e expor os eventos narrados em sua totalidade. Esta é uma característica essencial da literatura de testemunho: vivenciando a catástrofe, sobrevivendo e depois querendo contá-la, o autor tem consciência dos campos de força que agem sobre ele.

Herbert Daniel escreve:

Não vou usar artifícios literários para criar um faroeste fácil (...). Seria, como se vê tanto, uma dessas estórias em forma de “memórias”, onde o personagem se dá bem, mesmo quando se dá mal (...). Se o personagem é posto em questão, o é pelo autor. Mas o autor escapa da história. A literatura não pode ser uma traição e o escritor deve ser um personagem à altura dos outros. Exposto. (Escrever História não é contar estórias. É preciso se preocupar constantemente com as encruzilhadas entre a literatura e a vida. A realidade nunca é a verdade). (DANIEL, 1982. p.216)

Por um lado a necessidade de se fazer ouvir, passar uma mensagem, contar como foi, gritar e protestar sobre um tempo muitas vezes olvidado, explicar que ele sobreviveu, mas muitos não. E de outro lado a relação com o texto, com o discurso, esse que limita a experiência, e por mais bem que seja articulado é insuficiente. Enfim, chega-se a conclusão de que a linguagem não dá acesso ao “real” de forma integral e satisfatória.

Vejamos com quais olhos Alex Polari enxerga tal questão.

Esse resgate imediato e tardio, essa fluidez que logo se perde, que ainda não é bem presente nem suficientemente passado é o seu clímax (...). Fico aqui pensando como vou encher esse livro, conciliar o material autobiográfico com uma estrutura de ficção. (POLARI, 1982, p.30)

Conciliar o material autobiográfico com a estrutura de ficção significa justamente ter que recorrer a uma estética que se faz necessária, porém ineficiente, incapaz de dar conta da realidade. Na literatura de testemunho, é claro, recorre-se ao verbo, entretanto o vivido e o catastrófico não lhe cabem. Não lhe cabem primeiramente por causa da necessidade estética do uso de uma certa linguagem.

E em segundo lugar por causa do esquecimento, esse que faz parte do próprio ser humano, incapaz de armazenar em sua memória tudo que lhe aconteceu. O esquecimento é parte integrante do discurso de uma testemunha, tanto pelo distanciamento temporal da testemunha em relação ao evento testemunhado, quanto pela classificação e seleção de uma memória que do ponto de vista neurológico se compõe dialeticamente, entre o lembrar e o esquecer.

Parece-nos, então, que nossos autores concordam com Antonio Candido que “o romancista é incapaz de reproduzir a vida, seja na singularidade dos indivíduos, seja na coletividade dos grupos” (CANDIDO, 1968, p.67). Porém, é da memória de cada autor que a dose fictícia surge, e é por meio da estrutura do texto que esta se consolida, de maneira ambígua, com a pretensa realidade que o autor busca reproduzir. É a relação entre o ser vivo e o ser fictício que dará o aspecto verossímil ao personagem de um romance.

Neste caso, o narrador-testemunha, que ao mesmo tempo em que se configura como testemunha, se transforma no personagem central da narrativa, ou seja, no protagonista da sua própria história, delinea sua compreensão dos fatos, dos personagens, dos costumes e de suas histórias. É através desta compreensão do narrador, da composição estética do romance, e da verossimilhança comentada por Candido, que o historiador busca os “registros” ou “vestígios” de História nas obras literárias.

Conclusão

É de uma conjuntura histórica muito importante que tais fontes falam, lembram, esmiúçam, tentam “sobretudo evitar escrever memórias artificiais onde se prova, mesmo sem querer, que se tinha razão” (DANIEL, 1982, p.35). Mas o que seria uma memória artificial? O que seria uma prova? E uma memória incontestável, definitiva? Podemos procurar as lógicas da memória, ou as (in)coerências, mas destaquemos que o importante aqui é analisar a importância destes “exercícios” de memória que se encontram inerentes ao que chamamos aqui de fragmentos de geração, pois já

São conhecidas as artimanhas da memória. Imersa no presente, preocupada com o futuro, quando suscitada, a memória é sempre seletiva. Provocada, revela, mas também silencia. Não raro é arbitraria, oculta evidências relevantes, e se compraz em alterar e modificar acontecimentos e fatos cruciais. Acuada, dissimula, manhosa, ou engana, traiçoeira. Não se trata de afirmar que há memórias autênticas ou mentirosas. Às vezes, é certo, é possível flagrar um propósito consciente de falsificar o passado, mas mesmo neste caso o exercício não perde o valor porque a falsificação pode oferecer interessantes pistas de compreensão do narrador, de sua trajetória e do objeto recordado. Por outro lado, e mais frequentemente, embora querendo ser sincera, a memória, de modo solerte, ou inconsciente, desliza, se faz e se refaz em virtude de novas interpelações, ou inquietações e vivências, novos achados e ângulos de abordagem. (REIS, 2004, p.29)

O testemunho, a memória e a autocrítica dessa jovem dissidência cheia de fôlego, mas mal preparada para enfrentar todo o aparato político-militar que os esperavam, dão-nos um panorama privilegiado de toda organização guerrilheira entre o final de 1960 e o começo de 1970. Nossos autores, que se encontram em suas próprias narrativas, fazem de suas ponderações exercícios da memória. Parte-se de uma memória essencialmente individual para a criação de uma memória coletiva, que traz em seu bojo o forte caráter identitário, que alimenta as novas abordagens historiográficas dedicadas a estudar o período militar no Brasil. Daniel Aarão Reis concorda que tais abordagens se sustentam pois “assim, as esquerdas, derrotadas no campo dos enfrentamentos sociais, históricos, puderam ressurgir vitoriosas, nas batalhas de memória” (REIS, 2004, p.40).

Referências bibliográficas

- CANDIDO, Antonio. “A personagem do romance”. In: *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1968.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.
- FERREIRA, Antonio Celso. “A Fonte Fecunda”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina de. (org) *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- FRANCO, Renato. “Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70”. In: SELIGMANN-SILVA (org.). *História, memória, literatura: o Testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- GINZBURG, Jaime. “Autoritarismo e Literatura: a História como Trauma”. Ed. 33. Santa Maria: Revista Vidya, 2000. Disponível em <<http://sites.unifra.br/Portals/35/Artigos/2000/33/autoritarismo.pdf>> Acesso em: 13/04/11.
- HOBSBAWN, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX 1914 – 1991*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- KEHL, Maria Rita. “Tortura e sintoma social”. In: TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir. (orgs) *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1994.
- LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *O foco narrativo (ou a polêmica em torno da ilusão)*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- POLARI, Alex. *Em busca do Tesouro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.
- REIS, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964 – 2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. “O testemunho: entre a ficção e o ‘real’”. In: *História, memória, literatura: o Testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Reflexões sobre a memória, a História e o esquecimento”. In: *História, memória, literatura: o Testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O local da diferença: ensaios sobre a memória, arte, literatura e tradução*. São Paulo: 34, 2005.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas”. *Psic. Clin.* Rio de Janeiro, VOL. 20, n. 1, 2008. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n1/05.pdf>> Acesso em 13/04/11.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *Os escritores da guerrilha urbana: literatura de testemunho, ambivalência e transição política (1977 – 1984)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

¹ Para Hobsbawm a década de 1970 “foi também a era mais sombria de tortura e contraterror na história do Ocidente. Foi o período mais negro até então registrado na história moderna da tortura, com “esquadrões da morte” não identificados nominalmente, bandos de seqüestro e assassinato em carros sem identificação que “desapareciam” pessoas, mas que todos sabiam que faziam parte do exército e da polícia; de Forças Armadas, dos serviços de informação, de segurança e da polícia de espionagem que se tornavam praticamente independentes de governos, quanto mais de controle democrático” *A Era dos Extremos* (São Paulo, Companhia das Letras, 1995) p. 433

² Shoah: catástrofe em hebraico, o termo é utilizado pelo autor por não ter as conotações sacrificiais incluídas em Holocausto.

³ Vale lembrar que Renato Tapajós, após publicar seu livro de memórias *Em Câmara Lenta* em 1977, foi preso pela segunda vez (a primeira foi em 1969 quando era militante), desmascarando um falso discurso de abertura democrática.

⁴ É pertinente citar os trabalhos de Sidney Chalhoub, *Machado de Assis Historiador*, de Rogério Ivano, *O Romance do Café*, e de Antonio Celso Ferreira, *Um Eldorado Errante*, respectivamente.

⁵ Cita-se alguns de maior sucesso literário e editorial como *O que é isso companheiro?* e *Crepúsculo do Macho* de Fernando Gabeira; *Os Carbonários: memórias da guerrilha perdida* e *Roleta Chilena* de Alfredo Sirkis; *Os Fornos Quentes* e *A Fuga* de Reinaldo Guarany; e o já citado *Em Câmara Lenta* de Renato Tapajós.

⁶ Termo utilizado pelo cientista social Mário Augusto Medeiros da Silva com o objetivo de “não uniformizar as experiências daqueles autores naquilo que poderia ser compreendido como uma *Geração dos anos 60* ou *Geração 68*. Isso não faria sentido mesmo dentro dos grupos da esquerda armada, por conta das singularidades dos itinerários pessoais e/ou dos grupos específicos. Foi justamente uma fração de pessoas que entrou na clandestinidade, se exilou etc. (grifo do texto)” (FAPESP, 2008, p-21)

⁷ É interessante notar que boa parte dos livros de memórias publicados nesta mesma época (anos 70/80), seja por preferências editoriais ou artísticas, traziam em seus subtítulos, capas ou apresentações a idéia de *ficção política*. Por exemplo: os termos *depoimento* (Fernando Gabeira), *ficção* (Renato Tapajós) e *política romance* (Reinaldo Guarany).

⁸ Alguns destes autores profissionais, só para citar alguns, são: Antonio Callado, Ignácio de Loyola Brandão, José J. Veiga, Murilo Rubião, Ivan Ângelo, entre muitos outros.

⁹ Inventário de Cicatrizes (Teatro Ruth Escobar, 1978); Camarim de Prisioneiro(Global, 1980).